

O papel das instituições pioneiras da pesquisa em comunicação na América Latina

Antonio Teixeira de Barros*

MELO, José Marques de & GOBBI, Maria Cristina (org.). *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano: o protagonismo das instituições pioneiras CIESPAL, ICINFORM, ININCO*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo/Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 1999. 304p.

Mesmo sendo um campo relativamente novo, no Brasil e na América Latina, a área de comunicação social tem sido uma das mais profícuas em estudos e de significativo interesse acadêmico. Resgatar sua história, sobretudo das instituições pioneiras é, sem dúvida, uma tarefa de grande valia. Esse é o principal mérito da obra em referência, fruto do III Ciclo de Estudos da Escola Latino-Americana de Comunicação (CELACOM), realizado em São Bernardo do Campo, no ano de 1999. A coletânea destaca e analisa, em 18 textos, a contribuição do CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina – Quito, Equador), ICINFORM (Instituto de Ciências da Informação - Recife, Brasil) e ININCO (Instituto de Investigaciones de la Comunicación – Caracas, Venezuela).

Cabe destacar ainda que se trata de uma iniciativa que preenche as lacunas existentes na área da pesquisa sobre os estudos latino-americanos na área de Comunicação. É notório que as universidades brasileiras e latino-americanas privilegiam o estudo de escolas européias e norte-americanas. Nos cursos de Comunicação, em especial, é visível a predominância de textos e autores franceses, alemães, ingleses e norte-americanos, tanto na graduação como na pós-graduação. Pouco se estuda sobre os autores latino-americanos e brasileiros. Mas isso, é claro, não significa que não sejam importantes. O que ainda falta é divulgação. E isso é o que essa coletânea faz: contribui para divulgar a existência do pensamento comunicacional latino-americano, bem como para demonstrar sua relevância. Trata-se de uma iniciativa que começou a tomar corpo em 1997, com a realização do I CELACOM, dedicado ao estudo do pensamento

* Doutor em Sociologia, Universidade de Brasília. Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

do boliviano Luis Ramiro Beltrán. No ano seguinte, com o II CELACOM, o foco foi a contribuição do pesquisador espanhol Jesus Martín-Barbero. Em 1999, o eixo deixou de ser os indivíduos e passou a ser as instituições.

É oportuno comentar essa trajetória do CELACOM, no que diz respeito a esse percurso, ou seja, dos indivíduos para as instituições. Esse parece ser um traço da cultura latino-americana, desde a colonização. No Brasil, em particular, como demonstram Sérgio Buarque de Holanda (1989), Gilberto Freyre (1992) e Roberto DaMatta (1983), entre outros, os indivíduos geralmente tiveram a primazia. As instituições vieram depois, quase como um superlativo do individual. É isso que explica a existência de valores arraigados como o personalismo, o familismo e a valorização do privado em detrimento do público. E isso é um dado cultural, que não deve ser visto apenas como algo negativo. Assim, a trajetória do CELACOM demonstra coerência com essa matriz cultural tão arraigada na América Latina e no Brasil, que permeia todos os campos sociais, como a cultura, a religião, a economia, a arte, a história, o direito etc. O campo acadêmico não é exceção. Desse ponto de vista, a curta (e recente) trajetória do CELACOM é significativa, pois retrata elementos da própria matriz cultural a que fizemos alusão. E todo o desenvolvimento do campo da Comunicação na América Latina e no Brasil (como em qualquer outro lugar) deve sempre ser analisado do ponto de vista histórico e cultural.

Mas no que diz respeito à obra especificamente, é inviável um comentário sobre cada texto em particular. O que podemos apresentar é uma síntese do conteúdo de suas cinco partes, que são antecedidas pelo prefácio de Margarida Kunsch e a introdução de José Marques de Melo. A primeira e a segunda, com quatro artigos, concentram-se no contexto histórico, econômico e cultural da América Latina e do Brasil, do período em que as instituições estudadas surgiram ao período atual, incluindo os problemas do Mercosul, globalização e regionalização. Outros aspectos estudados são: a formação da indústria cultural latino-americana e brasileira, a relação entre comunicação e movimentos sociais e a repercussão das tecnologias de informação e comunicação. Essas duas primeiras partes, portanto, constituem uma espécie de moldura e, ao mesmo tempo, cenário da análise sobre o papel das três instituições mencionadas.

O CIESPAL é o objeto da terceira parte da obra, em quatro estudos que enfocam a experiência, a trajetória e as influências da instituição

em seus 40 anos de atuação. Do seu principal objetivo – o de capacitar jornalistas e profissionais para o rádio – ao desenvolvimento de metodologias (funcionalistas) para a pesquisa em comunicação. Mas sua contribuição maior, segundo os textos que compõem a obra em apreciação, como destaca Eduardo Medistich (*CIESPAL* trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo), está no fato de que

“o CIESPAL não se limitava a propor a criação de um novo tipo de profissional: propunha a extinção e a substituição das profissões previamente existentes. A política do Centro influenciou a regulamentação profissional em diversos países e conseguiu unificar a linguagem acadêmica da área em todo o continente...” (p.131).

O ICIFORM, tema da quarta parte do livro, é examinado por cinco pesquisadores, que abordam aspectos ligados ao pioneirismo de Luiz Beltrão, seu idealizador. Destaca o interesse na realização de estudos interdisciplinares, uma tendência pessoal de Beltrão, bem como a necessidade de profissionalização dos jornalistas. Também marcaram a trajetória do Instituto os estudos sobre realidade regional e comunicação e desenvolvimento. No aspecto metodológico, os estudos de campo receberam especial atenção, pois Beltrão defendia a conjunção entre teoria e prática. A publicação da revista *Comunicação & problemas*, o primeiro periódico científico da área, representa outra contribuição de destaque do ICIFORM. Com o periódico, Beltrão pretendia divulgar as ações do Instituto no meio acadêmico e fomentar a produção científica na área. O ICIFORM, inspirado no CIESPAL, de acordo com Maria das Graças Targino, autora do texto A contribuição do Instituto de Ciências da Informação (ICIFORM) na gênese do pensamento comunicacional brasileiro, “confunde-se com o próprio Beltrão. É ele seu idealizador e criador...” (p. 170).

O ININCO, objeto da quinta e última parte da coletânea, é analisado também por cinco estudiosos que destacam o papel de Antonio Pasquali e as influências da Escola de Frankfurt, que resultaria da formação do chamado paradigma da pesquisa-denúncia. Esse paradigma relaciona-se com o próprio contexto dos anos 60 e 70, marcado por significativas transformações estruturais e conjunturais. Transformações que, para Giovandro Marcus Ferreira (O paradigma da pesquisa-denúncia na América Latina: o ININCO segundo o olhar de Antonio Pasquali) são:

“marcadas por turbulências sociais, políticas e econômicas substanciais: aparecimento de experiências socialistas no continente e o endurecimento de outros regimes sob a égide dos militares; a industrialização e o progresso econômico avançam com otimismo elencando milagres, internacionalizando economias e levando parte da população ao consumo cada vez mais presente e frenético; a paisagem demográfica também sofre suas mudanças, as cidades ficam mais robustas e igualmente caóticas, sendo que parte das maiores cidades do mundo se concentra na América Latina.” (p. 221).

O estudo sobre essas três instituições, embora não seja exaustivo (e nem pretendeu ser), abre caminhos para novas investigações, bem como para a reflexão sobre a própria realidade regional, partindo de aspectos históricos e culturais. Aliás, esse é um traço que merece especial atenção, o da recente valorização do contexto regional no estudo da Comunicação, talvez como reflexo da própria tendência da globalização, cuja contraface é a regionalização. Que essa iniciativa da Cátedra Unesco para o Desenvolvimento Regional sirva para despertar nos jovens acadêmicos o desejo de conhecer melhor os autores brasileiros e latino-americanos que fizeram parte da trajetória e da formação do campo da Comunicação.

Referências bibliográficas

- DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 48ª ed. São Paulo: Record, 1992.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: ALB//Mercado de Letras, 2000. 640 p.

O olhar passeia pela capa. Ler esse livro começa pelo aspecto físico, pesado das centenas de páginas, atraente. Por fora, papel reciclado, capa rústica, trabalho gráfico de qualidade. Um trabalho que deverá ser um marco na história da leitura no Brasil. Dentro, uma coletânea de textos de 26 autores sobre leitura, escrita, livro, leitores. Selecionados dentre os trabalhos apresentados no I Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil, realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1998, foram organizados em Histórias de leitura e Leituras em história.

As abordagens, linguagens, objetivos e problemas de que trata cada um dos autores diversificam o olhar sobre o objeto (livro) e o ato (leitura), afinados entre si no tratamento de objeto e ato, sua história e suas relações com sentidos, emoções e pensamentos de leitores/usuários. Seu tortuoso intercurso com o poder. A palavra que fala e informa tem nuances. Neste livro, a palavra passeia pela sutileza informal da conversa leve e profunda com José Mindlin até a informação precisa dos dados, fatos e evidências das pesquisas de Jean Hébrard e Aníbal Bragança. Para não traír o leitor da resenha, há que falar, ainda que brevemente, de cada texto que compõe o livro.

A primeira parte, Histórias de leitura se inicia com Roger Chartier, referência freqüente nos estudos da área, que aqui trata das Revoluções da leitura no ocidente, aponta para os riscos do euro/etnocentrismo na avaliação da criação de leitores e do desenvolvimento de atividades de publicação, revendo o comércio livreiro e as formas de circulação dos trabalhos. Abordando a função pedagógica da leitura, analisa os objetivos, características e problemas ligados às práticas oral e silenciosa do ato de ler, hábitos de leitura, aspectos da produção e do consumo da cultura impressa.

O trabalho de Jean Hébrard – Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural, parte do

* Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. PhD em Educação Literária pela Universidade de Londres. Autora de *Educação Literária como Metáfora Social* (EdUFF, 2000).

interesse crescente pela história das disciplinas escolares na França, mostrando como a história da educação, que costumava se dedicar aos aspectos políticos da evolução dos sistemas escolares, concentra o debate atual sobre as relações entre saberes eruditos e saberes escolares, determinados pela escola e raramente situados na vanguarda das inovações tecnológicas, epistemológicas e pedagógicas. Diz o autor: “a escola forma, em seu espaço próprio, sujeitos que lêem, escrevem, mas também ordenam o mundo conforme as categorias que o *corpus* dos textos e a palavra do professor tornam quase naturais” (p. 77).

O terceiro texto é de Marisa Lajolo, que divulga os pressupostos, objetivos e métodos de ação do Projeto Memória de Leitura (PML), sob sua coordenação na UNICAMP. O PML, além de contribuir para o avanço da reflexão teórica sobre leitura, tem uma dimensão política: “pretende contribuir para a formação profissional dos parceiros e atores de uma política cultural e educacional comprometida com a democratização da leitura” (p. 95) na educação de brasileiros. Segue-se o texto-conversa com José Mindlin, que nos sacia as muitas curiosidades a respeito do bibliófilo, suas origens, a origem de seu amor pelos livros, o começo dessa relação duradoura e bem sucedida. Em *O bibliófilo e a leitura*, lemos que “a bibliofilia sem leitura não tem sentido” (p. 101), e somos lembrados de que “o livro foi feito para a gente, não a gente para o livro” – provavelmente a grande diferença entre o bibliotecário comum e o bibliófilo apaixonado. Para aqueles que acreditam que a exegese literária está deslocada na escola, e presta um desserviço à causa da leitura, um alento: “tive a sorte de não ter tido que fazer análise lógica de *Os Lusíadas* no ginásio, então, eu li *Os Lusíadas* como texto literário e esse gosto ficou, também, para sempre” (p. 107). Crucial refletir sobre tais afirmações, tão simples e complexas, que extrapolam o espectro da leitura da palavra, para a leitura do mundo e a escrita da vida: “não faço nada sem alegria” (p. 108), diz Mindlin.

O texto de Jorge Larrosa – *Os paradoxos da repetição e a diferença*: notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges – trata do comentário de texto, sobre fundamentação tecida sobre os três teóricos, propondo uma história da educação que analise as variações na seleção dos textos e “as transformações nos princípios que determinam a produção dos discursos que os repetem, glosam, comentam e transformam” (p. 117). Propondo novas e transdisciplinares leituras de Quixote, seu argumento amplia o sentido no infinito do texto. Fecha essa seção o

trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva – História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas², que analisa, historicamente, a produção do livro através dos anúncios veiculados na *Gazeta do Rio*, no início do século XIX. A segunda parte do livro – Bibliotecas e práticas de leitura no Brasil colonial –, abre com Leituras coloniais, por João Adolfo Hansen, pesquisa historiográfica sobre a crítica genealógica e documental, procurando “regredir ao pressuposto da noção de leitura da expressão leituras coloniais” (p.169). Em linha semelhante, Luiz Carlos Villalta trata de Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, respaldando seus dados com o exame dos inventários no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, encontrados no Arquivo Nacional. O trabalho de Márcia Abreu, cujo título é Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial, analisa os tratados setecentistas sobre o modo de ler as Belas Letras. Tal leitura serviria para formar um estilo, instruir e divertir. O modelo de leitura de “formação de gosto” era reforçado na escola, que sempre desempenhou um papel fundamental, pois é por intermédio dela que se conhecerão os textos modelares, parâmetros para a avaliação estética.

Viagem literária e explorações filosóficas: notas sobre o diário de José Bonifácio, por Berenice Cavalcante, examina a inserção de José Bonifácio no contexto cultural do século XVIII. Numa bagagem de mais de 6 mil livros, sob uma rubrica que “incluía tudo”, Bonifácio procurava atender a uma curiosidade diversificada: “ler e ver assumiam um mesmo estatuto, pois a leitura não seria senão uma maneira de se ver” (p. 248). À roda da *clavis prophetarum*: a trajetória de dois leitores de Vieira, escrito por Adriana Romeiro, examina um “livro que jamais chegou a sê-lo”. Vieira concebe “sua obra mais importante” de 1645 a 1663, objeto de suas conversas, motivo de sessões inquisitoriais por suspeita de judaísmo, “pensamento de livro, e pensamento retratado e totalmente deixado, por haver mais de dezoito anos que tinha desistido do dito pensamento” (p. 251). Aparentemente, a *clavis* “disseminou ao seu redor temor e cautela”, carregando uma influência funesta reconhecida pelo próprio Vieira.

Segue-se Bibliotecas e Práticas de Leitura nos Séculos XIX e XX, com o artigo Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial, de Nelson Schapochnik. Ao descrever os protestos da intelectualidade da Corte quando da transferência da Biblioteca Nacional (BN) em 1910 para sua atual localização, Schapochnik analisa as práticas de leitura na Corte Imperial através do estudo da prática de registro dos amanuenses. Tânia Bessone Ferreira escre-

ve sobre 'Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar', examinando as livrarias da rua do Ouvidor, "espaço de sociabilidade, permitindo a reunião de homens de letras" (p. 314) francesas, modelo da política cultural de definição da nação brasileira no século XIX. As bibliotecas particulares, retratando a educação escolar do Rio de Janeiro, pertenciam na maioria a advogados e médicos, 17% da população brasileira em 1889.

Diana Vidal aborda a materialidade da escola em Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil, tratando do movimento escolanovista e suas representações de leitura, e recuperando reflexões de Anísio Teixeira sobre o livro, fonte de experiência. A seção sobre Censura e livros proibidos traz Rita Marquilhas, professora da Universidade de Lisboa: Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII. A imposição do *imprimatur*, esboço da identidade conferida ao livro impresso e manuscrito na prevenção (censura) e repressão (proibição), pelo temido Conselho Geral da Inquisição foi ineficaz no controle e censura das idéias, perturbado pelo "dinamismo editorial e mercantil dos profissionais do livro". As novas idéias propagadas pelos "abomináveis princípios franceses" sobre religião e moral são examinadas em Antídotos contra obras "ímpias e sediciosas": censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. Nesse artigo, Lúcia Bastos Neves analisa a infiltração das obras típicas da Ilustração francesa em Portugal e no Brasil, contrabandeadas por viajantes ou pelo roubo de cargas de livros na Alfândega apesar da "incesante intervenção dos censores régios" (p. 379). Tratando da segunda metade do século XIX em São Paulo, Ana Luiza Martins fala dos Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura?, em que aproxima a história da leitura da história da censura, atrelada à nossa tradição religiosa. A relação entre a Biblioteca da Faculdade de Direito e os Gabinetes de Leitura ficou mais próxima com o surgimento das bibliotecas populares promovidas pelos acadêmicos liberais que as implantavam, depois de formados, pelo interior. Se os Gabinetes de Leitura pregavam a República, a Abolição, o livre arbítrio, a liberdade de religião e de ensino, contra a ordem monárquica, escravocrata e católica, o Gabinete de Leitura do Império era uma "casa de livros proibidos", porque laicos, de orientação iluminista, oferecendo leituras realistas e naturalistas e romances-folhetins, para a mulher (p. 404-405). Aparecida Paiva, em A leitura censurada, aborda a atuação de frei Pedro Sinzig durante 12 anos de trabalho na editora Vozes. Em suas diversas funções na editora, Sinzig trata da "crise das consciências" frente ao

materialismo usando as armas do humanismo cristão para “moralizar a sociedade brasileira”. Na obra *Através dos romances: guia para as consciências*, visava a orientar literária e moralmente os cristãos, especialmente as mulheres, “frágeis e inocentes”, diante dos perigos da prática da leitura de romances. O texto de Maria Luiza Carneiro, *Cultura amordaçada: o DEOPS e o saneamento ideológico*, investiga a censura no governo Vargas (1930-1945) e a tentativa de “purificação das idéias” na busca e apreensão de livros perigosos – uma nova ordem como solução nacional para problemas fundamentais da nacionalidade (p. 430). A autora examina as diferentes práticas intercomplementares de censura que trabalhavam pela homogeneização da sociedade brasileira. “Homogeneizando o pensamento, diminuía-se os riscos de contestação, seguindo-se à risca o padrão de construção do consenso” (p. 435).

A seção *Comércio livreiro e estratégias editoriais* abre-se com o texto do professor, pesquisador, livreiro e editor Aníbal Bragança: *A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil*. Bragança visa a esclarecer equívocos sobre a figura do editor Francisco Alves, português naturalizado brasileiro, construídos sobre a ideologia antilusitanista do início do século XX. Analisando as fontes de “borramento” da figura de Francisco Alves, o autor examina a correspondência entre editores, autores e pesquisadores, sobre a qual lança um olhar revelador. O *corpus* central de sua pesquisa, entretanto, está na apresentação de 35 contratos de edição de livros por Francisco Alves, “fontes fundamentais para se conhecerem aspectos importantes da política editorial” (p. 460). Eliane Dutra, em *O Almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler*, narra a trajetória da livraria e casa editorial Garnier, fundada em 1884, quando 90% da população brasileira era iletrada. Em 1903 surge seu *Almanaque*, “enciclopédia” usada por vários segmentos sociais como “modo de instrução e propaganda de um saber profundo e secular, estimulando a curiosidade, o desejo de saber e o gosto pela verdade perante a fabulação” (p. 481). Difusor das obras e autores editados pela livraria, o *Almanaque* teve colaboradores como Sílvio Romero, João Ribeiro e José Veríssimo.

Sandra Reimão trata das Telenovelas adaptadas de romances brasileiros e seus materiais publicitários, mostrando a apropriação da literatura pela telenovela como tentativa de qualificação, até os anos 70; com o aparato tecnológico desenvolvido através do apoio ao regime militar durante a ditadura, “a TV, de beneficiária, converteu-se na fonte do poder político em

um jogo de servilismo, subserviência, manipulação e controle da informação” (p. 512), dispensando a estética literária como legitimadora do prestígio cultural a ser emprestado às telenovelas. O conjunto de textos que fecha o livro se organiza sob a rubrica Produção e circulação de livros escolares. Antônio Gomes Batista, em *Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos*, fala desse material efêmero, desprestigiado socialmente, raramente relido ou usado como fonte de informações: o livro didático, instrumento valioso para a análise de práticas de ensino, principal fonte de informação impressa usada pela maioria de professores e alunos. Kazumi Munakata analisa o Livro didático: produção e leituras, estabelecendo com agilidade e fina ironia relações e equações centradas no livro didático. Partindo da relação estrutural entre livro didático, aluno e professor, Munakata analisa a autoria de livros dedicados a um eventual “aluno médio brasileiro”, fórmula generalizada e amorfa usada como estratégia editorial na produção de livros didáticos. Em *A tradução como negócio: Rui Barbosa, tradutor do livro Lições de coisas*, de N.A. Calkins, Luciano Faria Filho aborda a atuação de Rui como tradutor, contribuindo para superar a carência de pesquisas sobre “a história da tradução pedagógica no país”. Rui considerou seu trabalho uma adaptação (“adaptação é o limite extremo da tradução” – p. 601), acessível ao maior número possível de leitores. Faria Filho analisa os cuidados minuciosos de um tradutor que dialoga com seus leitores, “numa clara pretensão educativa” (p. 607).

Fecha o livro o texto-posfácio de Lílian Lacerda, *A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler*, aglutinando os sinais evidenciados numa obra instigante que reúne pesquisadores de áreas distintas atuando, com suas abordagens históricas, pedagógicas, sociais e literárias sobre a leitura, a escrita e o livro como práticas culturais.

Livro primoroso, é obra de referência, a ser lida e relida. A descrição sucinta de cada contribuição pareceu necessária e se quis provocadora: não do enfado dos leitores desta resenha, mas de seu possível interesse em adentrar os detalhes de cada artigo, cujas referências bibliográficas ajudarão a conduzir a novos rumos e a outras, novas, diversas pesquisas rumo à sedução eterna da palavra escrita, da palavra impressa. Cada vez mais, a palavra de todos nós, sujeitos sociais.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

Nos dias atuais, marcados pela presença maciça das redes de comunicação, viabilizadas pela velocidade da Internet, que permite a transposição de barreiras físicas e culturais, o exame de alguns manuais didáticos para o bom uso da língua portuguesa evoca práticas lingüísticas medievais, trazendo à cena um novo *apêndice proibi*. Essa é a reflexão primeira que emerge da leitura da *Dramática da língua portuguesa*, livro de Marcos Bagno, dedicado à análise das concepções de língua e de linguagem na sociedade brasileira, evidenciando a presença de uma atitude preconceituosa, que se manifesta em todas as camadas.

Numa atitude inegavelmente arrojada, Bagno esmiúça as mais destacadas manifestações dos “comandos paragramaticais”, ou seja, grupos que se aproveitam do que há de mais novo nos meios de comunicação para tentar preservar o que há de mais antigo em termos de concepção de língua. Tais comandos, segundo Marilena Chauí, exercem uma espécie de patrulhamento ideológico da língua portuguesa falada no Brasil. Dentre os distintos nomes arrolados em sua investigação, focaliza, em especial, os trabalhos de Pasquale Cipro Neto, *Nossa língua portuguesa*, programa realizado pela TV Cultura de São Paulo; de L.A. Sacconi, em seu livro *Não erre mais!*; e de Josué Machado com suas colunas de jornal, publicadas em livro com o título *Manual da falta de estilo*.

Centrar foco nessas personalidades, modernos paladinos da língua portuguesa, não significa a simples contestação do trabalho por eles realizados, mas, sim, a possibilidade de demonstrar, objetivamente, as falsas bases sobre as quais se sustentam, além de evidenciar a fragilidade de seus preconceitos e mitos, vulneráveis a qualquer análise científica um pouco mais atenta.

* Mestre em Ciência da Literatura e Doutora em Língua e Literatura Italiana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado na Universidade de Roma – La Sapienza. Professora Adjunto IV de Língua e Literatura Italiana e Chefe do Departamento de Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico (CNPq) e do Centro Nazionale di Ricerca (CNR), Itália.

Segundo Bagno, tais trabalhos, na verdade, não defendem a língua, mas sim a ordem social contemporânea brasileira, e perpetuam, dessa forma, a injustiça social que se fundamenta no uso da língua. É exatamente o repúdio a essa injustiça social que explica o tom “engajado” e “militante”, que seu texto assume em várias ocasiões.

A luta contra as injustiças sociais oriundas do uso indevido do instrumento lingüístico não é uma atitude isolada do escritor. Na sua extensa lista de agradecimentos, está sinalizada a proveniência de sua indignação contra esse mau uso da língua, referendada por Maria Marta Pereira Scherre e sua cruzada contra a utilização espúria do conhecimento gramatical normativo como mecanismo de discriminação e exclusão social. Mecanismo persuasivo dos meios de comunicação, espaço propício à ação dos comandos paragramaticais com “sua ânsia de transformar séculos de reflexão filosófica e filológica num *fast-food* insosso e prejudicial à saúde”, consoante as palavras do autor.

A meticulosidade que caracteriza o estudo empreendido por Bagno tem como esteio a sociolingüística, entendida como ciência dedicada ao estudo das relações entre língua e sociedade, e convida-nos a reexaminar os conceitos de gramática tradicional e gramática normativa. Esse reexame evidencia o preconceito lingüístico inscrito há séculos nesses dois conceitos, tendo o primeiro a função de alma, e o segundo a de corpo.

O estudioso compreende a gramática tradicional como espírito, mentalidade e doutrina, definindo-a como ideologia que fornece alento e vigor ao “ser”, ao objeto. Tal afirmação favorece a identificação de gramática normativa, entendida como “coisa material”, que pode ser adquirida e manuseada.

As observações de Bagno, no sentido de precisar os campos de ação das gramáticas tradicional e normativa, vão muito mais longe, permitindo a elaboração de dois espaços distintos. A gramática tradicional representaria o mundo numênico, o plano das idéias de Platão, o *mundus intelligibilis*, metafísico. A gramática normativa reporta-se ao mundo fenomênico, ao *mundus sensibilis*, o físico. Segundo Descartes, a gramática tradicional refere-se ao espírito, enquanto a normativa diz respeito à matéria. O tom apaixonado que, muitas vezes, pontua o texto de Marcos Bagno pode sugerir uma posição radical ao leitor desavisado. Contudo, é o próprio autor, respaldado por Mattos e Silva, quem afirma que:

“...a gramática tradicional é um patrimônio cultural do Ocidente, documento vivo de saberes acumulados, recolhendo em si as reflexões e as investigações acerca da linguagem, expressão das mais brilhantes idéias dos pensadores da humanidade, configurando-se até hoje como ponto de partida e pano de fundo da atividade científica e especulativa da lingüística e da filosofia da linguagem.”

O reconhecimento da importante função exercida pela gramática tradicional no contexto da cultura ocidental esclarece que a pesquisa de Bagno não é uma luta absurda contra a gramática, mas sim o repúdio aos trabalhos de pretensos pesquisadores que atribuíram, e atribuem, à gramática o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, símbolo de verdades eternas. É contra esse uso errôneo que se debate, rejeitando a acepção de gramática como simples ideologia, distanciada da ciência, reproduzindo padrões mais adequados às doutrinas esotéricas como a alquimia e a astrologia, fazendo da gramática um dos muitos instrumentos de legitimação das classes que exercem o poder.

A reificação do modelo normativo-prescritivo que norteia o caminho da grande maioria dos professores de língua portuguesa demonstra a ausência de embasamento científico para o exercício da função do magistério. Essa temática, é abordada em outras ocasiões pelo autor, que ao alicerçar seus conceitos em nomes consagrados como Barthes, Eagleton e Gramsci, elabora o quadro dos oito mitos que alimentam o círculo vicioso do preconceito lingüístico, revelando seu estreito vínculo com os mecanismos ideológicos.

A mera visualização desse quadro permite-nos verificar o preconceito sedimentado na nossa cultura, que favorece afirmações que alimentam a idéia da existência de uma unidade lingüística do português do Brasil, desconsiderando itens importantes referentes à nossa diversidade étnica, social e lingüística, visto que a igualdade lingüística, na opinião de Bagno, é inviabilizada pela desigualdade social.

A inobservância da incoerência subjacente à afirmação contida no primeiro mito justifica, segundo o autor, a fragilidade das opiniões emitidas por Niskier, Elia e o deputado Aldo Rebelo, dirigidas, supostamente, a todos os usuários da língua portuguesa, sem levar em conta as variações

lingüísticas das diferentes classes sociais. Tal descuido é observado nos demais mitos, reforçando os pilares de sustentação que afirmam que o mito da unidade lingüística é essencial para a manutenção do mito da unidade nacional. Dessa forma, concretiza-se o objetivo dos defensores do discurso da homogeneidade, ou seja, unificar para dominar.

A imposição de uma variedade lingüística como padrão sublinha a discriminação das demais variedades, e determina a exclusão de seus falantes. No Brasil, a língua padrão é associada às classes de maior cultura, desconsiderando a grande massa de brasileiros que não tem acesso à escola, tendo, por conseguinte, sua voz sufocada, incapacitada ao uso da própria língua.

Os mitos propostos por Bagno não somente apontam sua intrínseca ligação com a ideologia dominante como também favorecem a perpetuação de inverdades, tais como a pretensa superioridade da escrita sobre a oralidade, a imposição da língua falada em Portugal como modelo e o conceito de certo/errado que negligencia os vários registros da língua.

A reflexão empreendida por Bagno sinaliza alguns pontos relativos ao processo de aquisição da língua e da competência nata de seus falantes. Daí sua afirmação de que ninguém comete erros ao falar sua língua materna, já que o erro só existe naquilo que constitui um saber secundário, isto é, naquilo que é aprendido através de treinamento, prática e memorização. Alinha-se, então, nesse sentido, às idéias defendidas por Perini: “qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento”.

O conhecimento nato do falante do português não é contemplado pelos compêndios escolares, uma vez que o estudante não é levado por seu professor a refletir criticamente sobre a língua. Bagno adverte que o aluno não deve reproduzir a velha doutrina gramatical, mas sim, orientado, produzir seu próprio conhecimento lingüístico, fugindo do círculo vicioso de estudar algo que já sabe.

O círculo vicioso do preconceito lingüístico segue uma mecânica específica determinada pela gramática tradicional, ponto de partida para a prática pedagógica convencional, alimentada pelo mercado editorial do livro didático, produzido por autores que identificam a gramática tradicional como fonte única de concepção de língua. Dessa forma, podemos observar o giro da roda que possibilita a continuidade dos mitos que obstaculizam o ensino do português em nosso país, recolhendo, ao mes-

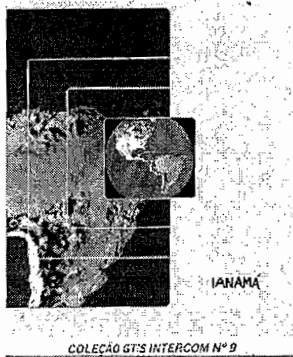
mo tempo, os urgentes sinais que exigem uma revisão dos métodos de ensino da língua nacional. Contudo, Bagno chama a nossa atenção para a existência de um outro elemento que opera no interior desse círculo vicioso, os comandos paragramaticais. Estes se autoneameiam defensores da língua, ao ignorar, de forma acintosa, os avanços conquistados pela investigação lingüística científica como, por exemplo, os resultados do Projeto NURC. Os comandos paragramaticais, convencidos de sua força, lançam-se ao combate dos perigos iminentes que ameaçam nosso idioma, tais como: a invasão de estrangeirismos, a ruína do idioma de Camões, a pobreza vocabular dos jovens e os comuns erros ortográficos, numa tentativa quixotesca de deter a dinâmica natural de todas as línguas e seus mecanismos de auto-regulamentação.

O grande sucesso dos comandos paragramaticais na mídia é relacionado por Bagno aos problemas trazidos pela massificação do ensino e pela inexpressiva absorção das teorias lingüísticas por grande parte dos professores de português, imunes ao drama do seu ensino. A falta de integração entre a prática pedagógica e a reflexão acadêmica cede espaço à ação desses comandos e suas fórmulas mágicas de auto-ajuda gramatical, promovendo um retrógrado normativismo gramatical, que ao desconsiderar os usos reais da língua portuguesa ilumina o drama de seu ensino.

A *Dramática da língua portuguesa* nasce, na opinião de Bagno, do conflito entre a norma-padrão e as variedades cultas da língua, sustentado, principalmente, por docentes indecisos entre os já mencionados usos reais da língua e a obrigação de seguir um conjunto de regras que nenhum falante respeita em sua integridade. Sugere, então, uma possível solução para esse drama, baseada no ensino crítico da norma-padrão na escola, despejando sobre o “pano de fundo da homogeneidade do cânon lingüístico” a heterogeneidade da língua realmente usada. Para tanto é necessário que a escola abra espaço para as inúmeras manifestações lingüísticas, abrangendo os mais variados gêneros textuais e variedades de língua. Bagno recolhe em sua proposta o sonho de todo lingüista: “uma pedagogia voltada para o todo da língua e não para algumas de suas formas”. Tal proposta, referendada inclusive por Barthes: “uma língua, qualquer que seja, não reprima outra”-, aliada à urgência da formação de novos professores com base lingüística mais consistente talvez possa ajudar a romper o círculo vicioso do preconceito lingüístico.

A globalização e a televisão: Quem ganha e quem perde?

A TELEVISÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO



A Televisão na era da globalização é a mais recente produção do Grupo de Trabalho Televisão, coletânea publicada em 1999 como o nono volume da Coleção GT's da INTERCOM. Organizada pelo jornalista e professor Sérgio Mattos, coordenador do GT, o livro reúne contribuições independentes de pesquisadores do meio em torno de questões como a legislação, regionalização e produção, tendo como importante pano de fundo o crescente fenômeno da globalização.

Os novos desafios tecnológicos e as tendências da globalização versus a regionalização, fazem de *A Televisão na era da globalização* uma leitura indispensável para compreender como estas tendências estão afetando o maior veículo de comunicação de massa até o momento no país.

Preço por exemplar: R\$ 14,00

Preencha já o cupom de pedido que se encontra no final da revista e envie acompanhado de cheque nominal para:

**Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação**

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - bloco B9 - sala 2
CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Tel/fax: (0__11) 3818-4088
web: <http://www.intercom.org.br> e-mail: intercom@edu.usp.br

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1999. 220p.

As ciências da informação e da comunicação (CIC) buscam encontrar os fundamentos teóricos que as constituem como ciência, utilizando modelos de outras áreas do conhecimento com as quais mantêm um inter-relacionamento que não se transforma em verdadeiro saber. Na *Introdução às ciências da comunicação*, Daniel Bougnoux exemplifica esse movimento com a metáfora do vestibulo da casa onde profissionais oriundos de diversas disciplinas entram e discutem, mas ninguém faz o trabalho pesado que a casa exige. Isto ocorre porque cada um detém apenas parcelas do conhecimento o que os impede de elaborar a teoria que daria sustentação científica às CIC e, algumas vezes, dificulta a comunicação entre eles. Considera essas questões básicas e assume a tarefa de fornecer os elementos para o leitor “entrar e circular” nas ciências da informação e da comunicação através de uma caminhada crítica que perpassa várias ciências e configura uma rede e uma interdisciplina, possibilitando inúmeras correlações.

O autor, anteriormente professor de filosofia e literatura, se contagia pela possibilidade de traçar problemáticas não esclarecidas em outras áreas, utilizando uma abordagem comunicacional de questões antigas até encontrar o entendimento das mutações atuais na interseção das reflexões filosóficas e sociais. Ainda que Daniel Bougnoux designe a obra como introdutória ela é indispensável a quantos se dedicam aos estudos e à pesquisa dos problemas que envolvem o fenômeno da informação e o processo de sua comunicação. Aliás, as idéias, expostas de forma clara, são muitas vezes acompanhadas de exemplos e/ou metáforas para que a “orquestra não desafine”, isto é, para que estabeleçam as correlações necessárias e sejam entendidas reportando-se ao contexto de sua transmissão. Ao utilizar a expressão de Bateson “comunicar é entrar na orquestra”, Bougnoux explicita que isto corresponde a jogar o jogo de um certo código, pois ao contrário, não há comunicação.

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Ciência da Informação MCT/IBICT-UFRJ/ECO

Identifica a origem das CIC em duas vertentes: uma pedagógica que nasce nas universidades desejosas de adaptar seus cursos para atender à demanda de novas profissões; outra teórica que surge de uma interrogação antropológica (centrada nos anos 60) sobre a redefinição da cultura que a identifica com as várias maneiras de comunicar. Coloca o vivido ou pensado pelas gerações precedentes em relações horizontais, pragmáticas; aceita, além da palavra, do signo lingüístico, a fotografia, o vídeo, a imagem, o indício e a expressão corporal como os componentes de uma vasta orquestra semiótica e em conformidade com as trocas habituais; critica a concepção individualista do conhecimento aceitando a comunicação em companhia da filosofia atual baseada no pensamento de relação fundadora e primordial; descreve a exterioridade da razão nas redes sócio-técnicas das ferramentas de conhecimento, classificação, e administração; avalia os efeitos da técnica (mídia) sobre o espírito, segundo uma abordagem histórica, materialista própria da midiologia; admite que informação deixa o futuro indefinidamente aberto pois atende ao apelo do mundo exterior para enriquecer, guiar e eventualmente, complicar a vida do homem.

Sintetiza a trajetória da obra respondendo a quatro perguntas, das quais, três referem-se a que o livro não contém. Não faz nenhum alerta para a febre do virtual e do simulacro. Ao contrário se regozija pela possibilidade do virtual multiplicar os signos, as coisas, as variáveis em torno dos dados da natureza o que é um aumento real das experiências humanas. Não desenvolve a expressão “sociedade do espetáculo” de Guy Debord, porquanto prefere a materialização das condições de transmissão de mensagens em oposição ao idealismo do espetáculo das representações do teatro, do circo, e de outras tantas formas, bem assim das seduções publicitárias. Não tem uma metodologia a propor ao estudante e ao pesquisador em vista das áreas cobertas pelas CIC, porque elas não falam em unísono e este é mais um motivo para que cada um realize buscas à sua maneira. Por fim, responde à primeira das quatro questões que concluem o livro e são o fio condutor das discussões que empreende: merecem as CIC a designação de ciências? Afirma que elas mal preenchem os critérios de cientismo porquanto seu objeto quando engastado numa relação pragmática sujeito a sujeito dificilmente se presta a uma elaboração rigorosa. Em contrapartida, realizam um cruzamento com as ciências sociais já constituídas em termos de problemáticas e de suas curiosidades, transformando-as num processo inacabado de comunicação.

Introdução às ciências da comunicação ultrapassa a história das tecnologias de tratamento e transmissão das mensagens em direção à midiologia em seus aspectos semiológicos (signos usados pela mídia), pragmáticos (como os usuários se apropriam das mensagens), imaginários (sonhos individuais ou coletivos que envolvem a ferramenta com identificações e projeções) e sistêmicos (meios de comunicação que preparam um outro meio que se transforma em prolongamento de nós mesmos). Como Régis Debray, Bounoux defende que mais importante que o conteúdo das mensagens é a compreensão das relações em que tais mensagens se inscrevem. A midiologia trata das ferramentas de transmissão, mas principalmente dos usos e efeitos simbólicos das mensagens o que significa dizer que envolvimento social e interpessoal também se agregam. Entende transmissão como a relação entre o antes e o agora, portanto com horizonte histórico, resultando numa transformação que pode tanto ser uma maldição como um milagre.

Coerentemente, Daniel Bounoux conceitua comunicação como uma ação sobre o espírito das pessoas. A ação comunicacional não coloca em relação o par técnico sujeito/objeto, mas o par pragmático sujeito/sujeito. “É o homem agindo sobre (as representações de) o homem por meio de signos”. E continua, colocando que essa ação é aleatória, pois sempre há no sujeito uma incerteza em relação a resposta dada. Quando as relações pragmáticas aleatórias se concentram em objetos fixos rotinas perdem o nome de comunicação, passam, por exemplo, a se chamar ensino ao constituírem os conteúdos programáticos numa escola. É preciso, então, que a comunicação continue a ser uma coisa vaga, turbulenta, nem ciência, nem técnica, que está acima e enquadra a maior parte delas. “... uma grande nuvem que os ventos impelem e rasgam, e que plana acima de quase todos os saberes”.

Daniel Bounoux fornece a partitura aos profissionais das ciências da informação e da comunicação, convida-os a integrar a grande orquestra e inscrever-se numa relação compatível com os canais, com os meios de comunicação e com a rede disponível.

SODRÉ, Muniz. *A lei do santo*. [s.l.: s.n], 2000.

Como escritor, Muniz Sodré é um músico de sete instrumentos, e a esse respeito sua extensa obra fala por si mesma. Ela comporta, por exemplo, amplas exposições críticas de teorias da comunicação (das quais, por muito tempo, ele ocupou-se no âmbito da Universidade) e originais estudos de caso sobre a imprensa e a televisão brasileiras. Dela também fazem parte análises das formas assumidas pela literatura de massa no mundo contemporâneo e ensaios sobre aspectos específicos desse fenômeno, como as vertentes filosóficas por trás das histórias de robôs, horror, universos paralelos e por aí fora...

Mas os sete instrumentos de Muniz Sodré não são tomados ao acaso, ou como exercícios de diletantismo. São escolhas claramente nascidas da necessidade de dar resposta a problemas que vão se apresentando ao professor, desafiando o estudioso da vida social, despertando a curiosidade do artista de mente sensível e alerta. Dos muitos problemas com os quais já se deparou, alguns dizem respeito a peculiaridades da cultura afro-brasileira. E a estes ele tem respondido com o uso de diferentes recursos. Entre os quais, os da literatura de ficção.

Sua mais recente viagem ao mundo ficcional é um volume sintomaticamente intitulado *A lei do santo*. Trata-se de uma coletânea composta de 15 contos, com vários elementos em comum: são todos contemporâneos; na maioria, os protagonistas identificam-se como brasileiros e negros; um deles passa raspando pela "ficção científica" alheia a foguetes e laboratórios de física; alguns podem estar próximos de suas raízes folclóricas, mas não do produto folclórico; o ambiente de uns é rural, o da maioria, decididamente urbano.

* Jornalista, escritor e tradutor. Foi durante muitos anos editor de cadernos culturais do *Journal do Brasil*. Publicou vários livros de ficção e alguns de ensaio sobre aspectos da cultura brasileira, como, por exemplo, a poesia popular do Nordeste. Uma peça de sua autoria, para adolescentes, foi montada no Teatro Cacilda Becker, Rio. Ganhou três Jabutis por sua atividade como jornalista da área cultural e outro pelas suas traduções de obras ficcionais do Prêmio Nobel Camilo José Cela.

Mas está em outros dois aspectos o que mais parece importar nessas histórias. Primeiro: contem o que contarem, todas se situam numa espécie de ponto médio entre a oralidade (que, aliás, muito condiz com os conteúdos) e a narrativa literária tradicional. Segundo: todas as histórias têm algo a ver com a específica religiosidade da maioria dos afro-brasileiros, com a sua maneira de conceber a união e a separação do sagrado e do profano.

No centro das quinze histórias estão as divindades que os africanos trouxeram para cá em seu exílio forçado. Mas ainda que a semi-oralidade dessas narrativas permita, as divindades raramente se manifestam de modo direto. Sua ação se dá através do comportamento dos principais personagens, cada um deles, aliás, pertencente a uma divindade, como é usual na relação entre os homens e os deuses africanos que cruzaram o Atlântico. Assim, além de encerrar uma ação, cada situação também deve levar à revelação sobre o vínculo do protagonista com a sua divindade.

Nas histórias, a percepção do sagrado, em conformidade com as crenças ancestrais referidas, não é monopólio dos personagens negros. A ele pode ter acesso o refinado intelectual europeu originalmente interessado apenas pela antropologia; ou o agricultor japonês que, após comprar a terra de um negro impossibilitado de cultivá-la pelo avançado da idade, chega à revelação mediante um milagre da natureza.

Os contos desta nova coletânea de Muniz Sodré podem ser definidos como histórias de sabedoria. Com uma diferença: na maioria dos casos, o autor traz a sabedoria da sombra da árvore para o sol abrasador do asfalto, para este nosso mundo regurgitante de problemas, com os quais o homem sábio tem de conviver. Mas esses contos são também uma reiteração, não explicitada, de um dado contrastante na relação dos dois maiores grupos étnicos da população brasileira com o sagrado.

Ao contrário da corrente européia, os descendentes de africanos nunca chegaram a criar no Brasil instituições religiosas de âmbito nacional, ou mesmo regional (embora um movimento preconize a unificação dos cultos praticados pelos negros da América do Sul, Caribe e Estados Unidos). Mas essa ausência de igrejas com jurisdições maiores do que os limites das comunidades é amplamente compensada pelo forte sentimento de religiosidade dos filhos de africanos. De quinze maneiras diferentes, as histórias de *A lei do santo* nos mostram que para os negros brasileiros o espaço do sagrado ainda permanece bem maior que o do profano.